

## A inovação como política na educação e na modalidade a distância<sup>1</sup>

*Innovation as a policy in education and distance mode*

*L'innovation en tant que politique en mode éducation et distance*

Nara Maria Pimentel<sup>2</sup>  
Universidade de Brasília

**Resumo:** Nas últimas décadas, no Brasil, assistimos a alterações nas políticas de educação e na modalidade a distância. As facilidades de acesso, os apelos do baixo custo atreladas às mensagens das propostas inovadoras graças ao uso das tecnologias de informação e comunicação colocam um novo olhar sobre as concepções de inovações. A luz destes referenciais e como tema de estudo verifica-se que as concepções teóricas e práticas andam paralelas à ideologia dominante refletida nos projetos e programas bem como na atuação dos professores e das instituições. A intenção é contribuir para ampliar o debate sobre inovação na educação, políticas educacionais e a modalidade a distância.

**Palavras-chave:** Inovação. Modalidade a Distância. Política Educacional.

**Abstract:** In recent decades, in Brazil, we have seen changes in education policies and in distance learning. The access facilities, the low cost appeals linked to the messages of the innovative proposals thanks to the use of information and communication technologies put a new look on the conceptions of innovations. In the light of these references and as a subject of study, it appears that the theoretical and practical conceptions are parallel to the dominant ideology reflected in the projects and programs as well as in the performance of teachers and institutions. The intention is to contribute to broaden the debate on innovation in education, educational policies and distance modality.

**Keywords:** Innovation. Distance Modality. Educational Policy.

**Résumé:** Au cours des dernières décennies, au Brésil, nous avons assisté à des changements dans les politiques éducatives et dans l'enseignement à distance. Les facilités d'accès, les appels à bas prix liés aux messages de propositions innovantes grâce à l'utilisation des technologies de l'information et de la communication donnent un nouveau regard sur les conceptions des innovations. À la lumière de ces références et en tant que sujet d'étude, il apparaît que les conceptions théoriques et pratiques sont parallèles à l'idéologie dominante reflétée dans les projets et programmes ainsi que dans la performance des enseignants et des institutions. L'intention est de contribuer à élargir le débat sur l'innovation dans l'éducation, les politiques éducatives et l'enseignement à distance.

**Mot clé:** Innovation. Modalité à distance. Politique éducative.

---

<sup>1</sup> O artigo foi elaborado durante a pesquisa de Pós-Doutorado realizada junto ao programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de São Carlos (UFSCar) sobre Inovação em Educação sob o acompanhamento e supervisão do professor Dr. Daniel Mill de março de 2019 a março de 2020.

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em educação. E-mail: [nara.ead@gmail.com](mailto:nara.ead@gmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0805401717504312>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6789-0162>.

---

**Recebido em:** 24 de março de 2020

**Aceito em:** 13 de abril de 2020

---

## Introdução

Analisar o tema da inovação é uma oportunidade de refletir o modo como está evoluindo a política de incentivo a inovação na educação pelo Estado brasileiro e para a modalidade a distância. Reconhecer que o processo de inovação em educação no Brasil fica circunscrito a adequação de normas e legislações decorrentes da ausência generalizada de políticas educacionais de Estado, caracteriza um quadro de anomia e adequação que fragiliza os processos inovadores.

Segundo pesquisas de Solange Corder (2006) há claramente a existência de uma preocupação generalizada dos governos em incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação no setor empresarial além da pesquisa cooperativa envolvendo as instituições de ensino. No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) inspirado nas políticas da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) criou diversos instrumentos que ampliam e diversificam o rol de mecanismos disponíveis para contemplar os objetivos de inovação.

Exemplos recentes destes instrumentos, são as iniciativas do Ministério da Educação (MEC) da Secretaria de Educação Básica (SEB)<sup>3</sup> e da Secretaria de Educação Superior (SESU)<sup>4</sup> além da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>5</sup>. A SEB lançou a Política Nacional de Inovação da Educação Conectada dentro do programa

---

<sup>3</sup> O objetivo do Programa de Inovação Educação Conectada, desenvolvido pelo Ministério da Educação e parceiros, é apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica. Nesse sentido, o Programa fomenta ações como auxiliar que o ambiente escolar esteja preparado para receber a conexão de internet, destinar aos professores a possibilidade de conhecerem novos conteúdos educacionais e proporcionar aos alunos o contato com as novas tecnologias educacionais. Sua implementação passou por três fases: (1) indução (2017 a 2018) para construção e implantação do Programa com metas estabelecidas para alcançar o atendimento de 44,6% dos alunos da educação básica; (2) expansão (2019 a 2021) com a ampliação da meta para 85% dos alunos da educação básica e início da avaliação dos resultados; e (3) sustentabilidade (2022 a 2024) com o alcance de 100% dos alunos da educação básica, transformando o Programa em Política Pública de Inovação e Educação Conectada. Fonte: <http://educacaoconectada.mec.gov.br/o-programa/sobre>. Acesso em 02 de março de 2020.

<sup>4</sup> Lançado em 17 de julho de 2019, o Future-se é o principal programa desta gestão do MEC para a educação superior pública federal. O objetivo é dar maior autonomia na gestão financeira das universidades e institutos e incentivar o empreendedorismo. Busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais. Essas ações serão desenvolvidas por meio de parcerias com organizações sociais. O programa se divide em três eixos. Gestão, Governança e Empreendedorismo. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financieira-do-ensino-superior>. Acesso em 02 de março de 2020.

<sup>5</sup> Sobre a Universidade Aberta do Brasil (UAB) saiba mais em <https://www.capes.gov.br/acessoainformacao/informacoes-classificadas/93-conteudo-estatico/7836-o-que-e-uab>. Acesso em 15 de março de 2020.

Educação Conectada (2017); a SESU lançou o Future-se (2019) e a CAPES a Universidade Aberta do Brasil – UAB em 2005/2006.

Quanto a Política Nacional de Inovação da Educação Conectada até o presente, não temos conhecimento suficientes sobre as características pedagógicas do conteúdo, sobre os cenários utilizados, sobre os modos de aprender os elementos que conduzem à aprendizagem desta política. Além disso, repete velhos erros como dar ênfase a tecnologia em detrimento de um projeto pedagógico mais amplo e a formação dos professores continua sendo uma proposta periférica o que deflagra a má condução e subutilização dos recursos no ensino e aprendizagem.

Sobre o Future-se, as análises de (Neder, 2019; Oliveira, 2011) indicam que as relações Universidade-Governo-Empresas e as relações entre a Universidade e a Sociedade estão sob forte ameaça com programas desta natureza. A proposta vai ao encontro das medidas que, entre outras, incentiva no senso comum a ideia de que as vinculações entre Universidade-Empresas, são prioridade e que os empresários passarão investir em P&D. para atrair mestres e doutores de diferentes áreas numa inversão clara de valores.

Em relação a Universidade Aberta do Brasil (UAB) uma análise das duas últimas décadas reflete a baixa oferta de cursos a distância pelas universidades federais que pela falta de investimentos do Estado brasileiro neste programa, se distanciam cada vez mais das propostas ligadas à modalidade a distância.

Enfim, as resistências que todos podemos perceber nos educadores são os sinais das dificuldades que se experimenta ao recontextualizar as práticas educacionais em nome da inovação, sem o devido cuidado principalmente com os processos de formação dos professores. Os autores pesquisados estão de acordo em afirmar que inovar pode transformar práticas desde que seja adotada primeiramente pelo usuário.

Além disso, compreende-se que é importante apresentar aos professores em seus diferentes processos formativos possibilidades de criação com recursos que permitem a autoria, co-autoria ou a autoria compartilhada, bem como a oportunidade de conhecer os desafios e possibilidades de se inovar, que de forma geral não são objeto das pesquisas governamentais.

Dessa maneira, propostas de “cima para baixo” devem ser repensadas visando, além das possibilidades de reter, reusar, remixar e redistribuir os recursos, apresentar igualmente experiências nas formas de ensinar, como buscar e avaliar a qualidade desses recursos, averiguando sua aplicabilidade, adaptando e combinando-os para satisfazer as demandas educacionais, e favorecendo a participação ativa da comunidade que compartilha sua produção de maneira aberta.

Quanto ao incentivo da modalidade a distância no ensino superior público, o programa central é a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Sobre as iniciativas a distância, Pimentel (2018) aponta que a formulação de Políticas Públicas para a EaD (PPEaD) é ainda precária e fragmentada principalmente, levando-se em conta que como toda a política é intencional, com objetivos a serem alcançados e envolve vários atores formais e informais em diferentes níveis de decisão. Sendo intencionais respondem a determinadas intenções com fins específicos nem sempre voltados para a evolução da modalidade. Embora a regulação estatal seja um instrumento indispensável de democratização da educação, no Brasil, é frágil e falta acompanhamento e avaliação.

Na mesma direção, a condução do viés inovador destas ações é marcada por projetos e programas emergenciais de grande porte cujo, volume de recursos aportado é alto e atrai os grandes interesses econômicos de caráter mercantilista.

Segundo Salermo e Kubata (2008), estas iniciativas sistemáticas de apoio à inovação ocorrem desde os anos 2000 alinhadas as políticas de incentivo à inovação tecnológica derivada das Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior. Em 2005, o Brasil passou a contar com a lei de incentivo fiscal à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) com a possibilidade de subvenção a projetos de empresa considerados importantes para o desenvolvimento tecnológico, com subsídios para a fixação de pesquisadores nas empresas, com programas de financiamento à inovação, com programas de capital empreendedor, e com arcabouço legal propício para a interação universidade/empresa.

Dessa forma, parte substancial do arcabouço teórico prático das iniciativas em inovação bem como dos instrumentos chave da política de inovação como o financiamento e os incentivos fiscais precisam ser avaliados a fim de fortalecer a construção crítica do processo inovador. Isso requer o esforço conjunto dos pesquisadores para evitar os desvios nos interesses da educação.

Por consequência, já se observa nos últimos anos várias Universidades públicas investindo em políticas de inovação. Um exemplo é da Universidade de Brasília que em fevereiro de 2020 lançou a resolução do Conselho Universitário N° 0006/2020<sup>6</sup> que institui a Política de Inovação da Universidade de Brasília (UnB) em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Isso não quer dizer que por estar alinhada não é crítica à Política de Incentivo à Inovação no Brasil. Pelo contrário. Cabe às

---

<sup>6</sup> Conheça a resolução. Fonte: [file:///C:/Users/user/Downloads/Resolucao\\_06-2020\\_Politica\\_de\\_inovacao\\_da\\_UnB.pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/Resolucao_06-2020_Politica_de_inovacao_da_UnB.pdf). Acesso em 02 de março de 2020.

universidades atuarem conjuntamente na condução das políticas e um dos caminhos é instituir sua própria política de inovação.

São iniciativas louváveis, necessárias e urgentes. Entretanto, em educação, como sabemos além do incentivo é preciso manter as experiências em inovação, prevendo multiplicar os efeitos positivos. Além disso, o financiamento deve contemplar também as propostas pedagógicas que nascem do esforço de educadores e não somente àquelas que são impostas pelas agências de fomento. O esforço das universidades precisa de reforço e incentivos estatal.

Os estudos sobre o tema indicam que abordar o novo não é tarefa fácil e as definições conceituais de inovação apesar das contradições apontam para o novo, a melhoria de algo ou alguém, e a multiplicação dos benefícios. Assim, o papel das políticas educacionais para a inovação, pressupõem rupturas sociais e culturais. Trata-se de promover movimentos internos e externos que envolvem pessoas e as instituições de ensino que em geral estão sedimentadas com práticas sociais do século XIX reforçadas pelas políticas neoliberais que predominam no campo da educação.

Em educação, que pese todos estes argumentos, serão as condições concretas marcadas pelas práticas pedagógicas que irão influenciar o desejo de rupturas conceituais. Logo, a dimensão do olhar sobre a atividade de inovação na educação e na modalidade a distância necessita ser ampliada considerando os fatores que interferem na cultura de inovação das instituições de ensino e no papel das políticas de inovação visando vencer o inovacionismo<sup>7</sup> com projetos e programas transformadores da realidade educacional atual.

Sobre inovacionismo, Neder (2019) esclarece que “trata-se de política inovacionista (empreendedorismo, patentes e direitos de propriedade intelectual) para a universidade diante das tendências cognitivas, acadêmicas e político-organizativas da revolução científica no século XXI. Segundo o autor, o inovacionismo rechaça uma teoria do desenvolvimento porque se pretende neutro como uma prática gerencial e administrativa. Ao fazê-lo, o inovacionismo converte-se em doutrina associada ao neoliberalismo econômico, sob governos de ultradireita nos Estados Unidos e no Brasil atualmente (2019). Esta dimensão doutrinária funda-se na busca por uma educação tecnocientífica dissociada das Ciências

---

<sup>7</sup> Sobre inovacionismo destacamos as pesquisas de Marcos Barbosa de Oliveira; a obra de Renato Dagnino e Ricardo Toledo Neder. Neder (2019), recentemente apresentou os dez mitos que envolvem as MCTs, e suas relações com o entorno social e político, econômico e produtivo do país (seus ecossistemas). Eles explicam melhor o movimento inovacionista. Para melhor compreensão destacamos o MITO 4 – A tríade do inovacionismo ‘empreendedorismo/patentes/direitos de propriedade intelectual’ difunde o mito de que não é necessária uma teoria do desenvolvimento econômico ou social, pois está baseado nas práticas das grandes empresas transnacionais tomadas como ‘case’ para ensino e capacitação na área, e para tanto depende apenas de uma adaptação para a situação brasileira”. Fonte: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/universidades-ou-incubadoras-de-start-ups/>. Acesso em 24 de março de 2019.

Sociais e Humanas, exclusivamente voltada para formar gestores, administradores, executivos e técnicos segundo uma mentalidade expandida de uma classe média treinada e qualificada situada num contexto econômico de visões hierarquizantes, autoritárias, preconceituosas, de ciência e tecnologia.

### **O contexto da inovação**

Inicialmente é necessário frisar que a obra de Schumpeter<sup>8</sup> tem grande influência na construção conceitual do campo de estudo sobre inovação tecnológica no Brasil e no mundo. Na Teoria do Desenvolvimento Econômico (TDE) de Schumpeter, publicada em 1911 a inovação é o foco principal. Convém destacar que Schumpeter nasceu em 1883 e morreu em 1950 num tempo de desenvolvimento tecnológico significativo num contexto social e econômico específico.

O objetivo em contemplar a abordagem da inovação por Schumpeter buscando interpretações na inovação em educação é devido a presença de certas abordagens propostas pela potencialização da Teoria da Inovação nas propostas de inovação governamentais e institucionais, que resultaram no plano de racionalização tecnológico- produtivo provocado posteriormente pelos neoschumpeteriano. Convém alertar que quando analisadas do ponto de vista das políticas educacionais os impactos são relevantes já que envolve contextos sociais, culturais e econômicos atuais que interferem na formulação das políticas educacionais e de inovação tecnológica.

Como estamos tratando da inovação como política educacional a literatura mostra que os termos inovação e mudança são muitas vezes tomados como sinônimos, numa associação quase que direta entre processo e produto. Os conceitos de inovação e mudança, segundo Garcia e Farias (2005 p. 62-63) tem funcionado como estratégia de sedução e valorização de um discurso sobre a educação.

---

<sup>8</sup> Joseph Alois Schumpeter foi um economista e cientista político austríaco. É considerado um dos mais importantes economistas da primeira metade do século XX, e foi um dos primeiros a considerar as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista. Schumpeter dedicou à obra econômica de Marx, tanto um livro chamado *Capitalismo, socialismo e democracia* quanto em *História da Análise Econômica*. Segundo Raymond Aron no Livro o Marxismo de Marx no capítulo XIII sobre a essência e contradições do capitalismo no livro *O capital*, ao descrever a interpretação de Schumpeter em oposição a interpretação do Padre Bigo, da companhia de Jesus no livro *Marxismo e Humanismo. Introdução à obra econômica de Marx* destaca o seguinte: “a meu ver, de fato, só se pode compreender esse livro admitindo contra o Padre Bigo, que é um livro de ciência econômica e, contra Schumpeter, que esse livro era mais que um livro econômico como os outros. Schumpeter, diz ele, negligencia sistematicamente a expressão crítica da economia política. Nunca se escreveu um livro econômico intitulado *Crítica da Economia Política*, isto é, a crítica simultânea da realidade e de sua tomada de consciência por nós (Aron, p. 375-402).

A metáfora da sedução refere-se ao fascínio que a inovação exerce sobre os atores sociais na medida em que seu uso sugere aperfeiçoamento, progresso e se faz associado ao desejo de mudança, ao desenvolvimento da criatividade e da intervenção, a práticas institucionalizadas de transgressão da ordem estabelecida (o que de alguma forma tem o sabor da desobediência). Reporta-se ao seu efeito mobilizador sobre os indivíduos, ensejando assim um sentido proativo.

O sentido proativo, segundo os autores, refere-se a ideia de iniciativa voltada para a transformação de estruturas, métodos ou mesmo significado da prática educativa. Entretanto, alertam que é intencional e traduz os interesses resultantes de um processo de negociação, contestação e disputa entre diferentes grupos. Desse modo, não são todas as propostas que se identificam como transformadoras para melhor. As pesquisas indicam que estes aspectos não têm estimulado muitas produções de análises pedagógicas e ideológicas no campo da inovação em educação.

Partindo da lógica processo-produto nas organizações, na Teoria da Inovação em Schumpeter o empresário aparece como liderança fundamental para o desenvolvimento da inovação. A figura do empresário está articulada com o que denomina de *combinações novas* de modo que possam trazer novos produtos para o mercado quer pela aplicação prática de alguma invenção quer pela inovação tecnológica.

Esse elemento, centralizador ilustra os interesses empresariais do poder público como elementos impulsionadores da inovação. Ora, se inovar é um ato coletivo, conforme apontado por Pacheco (2019) então a centralização da atividade inovadora num único canal de gestão pode significar um retrocesso em educação. Cabe lembrar que segundo Canário (1995) apud Garcia e Farias (2005) nos anos de 1960 e 1970 a “concepção e introdução de inovação a partir de cima, com base no poder coercitivo da administração foi marcada por inovações induzidas, subestimando o papel dos professores como apoio central ao êxito das iniciativas.”

No bojo das características do desenvolvimento econômico e inovação surge mais um aspecto importante da teoria de Schumpeter. Trata-se da inovação por meio de um processo em que as novas tecnologias substituem as antigas. A isso denominou - destruição criadora<sup>9</sup>. Ao aprofundar esse conceito propôs uma lista de cinco tipos de inovação. São elas: i) introdução de novos produtos; ii) introdução de novos métodos de produção; iii) abertura de novos mercados; iv) desenvolvimento de novas fontes provedoras de matérias-primas e outros insumos; v) criação de novas estruturas de mercado em uma indústria.

---

<sup>9</sup> No sentido elaborado por Schumpeter, a destruição criadora está na essência da dinâmica do capitalismo, quando novas tecnologias surgem como ondas, aleatoriamente e geralmente vem acompanhada do aumento da produtividade do capital e do trabalho, pois os empresários inovadores conseguem alocar produtos com vantagens competitivas em relação a suas concorrentes tecnologicamente desfasadas. Fonte: <https://terraeconomico.com.br/schumpeter-inovacao-destruicao-criadora-e-desenvolvimento/>. Acesso em 20/03/2020.

Nesse ideário em que as novas tecnologias substituem as antigas substituindo também o processo histórico de apropriação tecnológica, permanece a lição de que o uso da nova ou da novíssima tecnologia não é mais importante do que o projeto de educação que dá sustentação a técnica. O que se quer evitar é justamente colocar na educação essa dicotomia entre o moderno *versus* antigo. Importa que os projetos inovadores possam ser multiplicados para fazer *jus* ao potencial das tecnologias na educação e sirvam para a inclusão das pessoas na educação promovendo justiça social e não exclusão.

Os efeitos adversos do processo inovador também devem ser levados em conta. Pesquisas sobre a reação docente, segundo Garcia e Farias (2005 p. 65) indicam que os “professores não resistem por puro comodismo, descompromisso, incompetência ou mesmo preguiça mental. Esta visão reducionista do problema é via de regra empregada para reforçar a perspectiva das reformas *pelo alto*”.

As causas incidem sobre o descrédito nas inovações de cima para baixo que colocam os professores como meros executores. A falta de investimento na formação para o uso das tecnologias na educação, a falta de apoio técnico e humano no interior das instituições, a baixa valorização da experiência inovadora e o desinteresse pelas inovações que surgem no fazer de cada docente estão na raiz do problema.

Com efeito, a versão inovacionista do desenvolvimento tecnológico tem um papel fundamental nas experiências inovadoras. Mota, (2016) analisou os ciclos de Schumpeter em relação ao avanço principalmente da internet. Esse processo foi denominado ciclos de Kondratieff<sup>10</sup>. Historicamente, o primeiro significa a revolução industrial, incluindo o prolongado processo de absorção. Foi datado dos anos oitenta do século XVIII até 1842. O segundo cobre a era da máquina a vapor e do aço. Vai de 1842 a 1897. E o terceiro, o Kondratieff da eletricidade, da química e dos motores é datado de 1898 em diante<sup>11</sup>. A cada instante e com a evolução da internet, as ondas ocorrem cada vez mais rápidas e seu impacto na vida das pessoas é inexorável. A figura abaixo ilustra a motivação dos empresários da educação em prol do ideário inovacionista.

---

<sup>10</sup> Nicolai Kondratieff engajado pela Revolução de 1917 como um dos mais talentosos economistas russos. Ajudou a escrever o primeiro Plano Quinquenal da futura União Soviética. Seus estudos foram caracterizados como “Ciclos de Kondratieff” que analisou três períodos inteiros prevendo no final de década de 20 o inverno econômico que culminou na Grande Depressão seguida da Segunda Guerra.

<sup>11</sup> Saiba mais em <https://terraoeconomico.com.br/schumpeter-inovacao-destruicao-criadora-e-desenvolvimento/>. Acesso em 20 de março de 2020.



**Figura: 1** – As ondas de inovação cada vez mais curtas



Fonte: Innovaservice<sup>12</sup> (2019)

Nesse sentido, transformar modelos e práticas pedagógicas criando novas redes de informação para integrar a evolução da internet exigirá ultrapassar o viés inovacionista e promover novas políticas educacionais de inovação. Dessa forma, a educação poderá se beneficiar e minimizar os efeitos adversos das tecnologias de informação e comunicação apoiadas em processos inovadores, para pior.

Outra influência neoschumpeteriana surgiu da ideia de inovação aberta, de autoria de Henry Chesbrough (2003). Neste caso, refere-se à abertura das fronteiras das organizações, no sentido de permitir o uso de ideias externas nos processos de inovação internas. O termo inovação aberta se opõe ao conceito de inovação fechada, segundo o autor. Mas não nos enganemos pela falsa abertura.

Segundo o autor, o conceito de abertura é baseado na ideia de que uma organização não pode inovar de forma isolada, uma vez que depende de diversos parceiros para adquirir ideias e recursos. A cooperação então é a base do processo interativo entre os atores o que inclui os acordos de transferência de tecnologia com universidades.

Neste aspecto, entra em cena as cooperações com e entre as universidades e empresas que passam a desempenhar um papel importante na geração e disseminação de conhecimento. Os resultados das cooperações geram publicações acadêmicas, teses de doutorado, artigos científicos que supostamente contribuem para a melhoria dos processos nas universidades e também nas empresas. Infelizmente, segundo Oliveira (2011) estudos no

<sup>12</sup> Fonte: <https://innovaservice.wordpress.com/>. Acesso em março de 2010.

Brasil demonstram que os empresários brasileiros não investem em pesquisas visando inovações porque esse não é um bom negócio.

Para Oliveira (2011) trata-se de mais uma das facetas do inovacionismo e um dos expoentes é o neoschumpeteriano Christopher Freeman. Pelas pesquisas do autor, os ideais de mercantilização da ciência fazem parte do contexto da inovação no Brasil desde os anos de 1970.

Por fim, são essas, algumas das facetas do contexto da inovação tecnológica e da educação no Brasil. Saviani (1980) reforçando a concepção dialética de inovação afirma que se pode apontar para um sentido radical de inovação onde inovar significa mudar as raízes e as bases. Para o autor, “ dizer-se que algo é inovador porque se opõe ao tradicional significa não apenas substituir métodos convencionais por outros. ” Trata-se de reformular a própria finalidade da educação, isto é, colocá-la a serviço das forças emergentes da sociedade num projeto de inclusão social.

### **A inovação como política na educação e na modalidade a distância**

Para Pimentel (2018) compreender o problema para o qual a política de EaD está sendo desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida, o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidas nas decisões e que serão afetados pela decisão política, remete à crítica das prioridades e dos compromissos em educação das decisões estatais.

Segundo a autora, as políticas para a EaD que decorrem da regulamentação do artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96 tem sido marcada por descontinuidades que atingem desde o ensino em sala de aula até os planos de educação. Essas iniciativas definem propostas institucionais e pedagógicas para a EaD.

Para Cury (2010 p. 193) “o que a realidade social hoje nos mostra é que as políticas de educação não são uníssonas e que há caminhos diferenciados de fazê-las. ” E mais, no ímpeto de uma democracia ascendente não basta um Estado ético e transparente, mas sim, participativo de modo mais próximo e intenso.

Nesta direção, as políticas para a modalidade a distância que nasceram ao mesmo tempo como uma resposta aos anseios modernização da educação pela sociedade e como uma forma de atender os interesses público-privado a fim de preservar os interesses comuns precisam ser realinhadas. No Brasil, ainda que se possa destacar diferenças de natureza específica da modalidade a distância nos espaços público e privado, vistas em conjunto,

sugerem reorientações de natureza distintas já que as reformas educacionais não respondem satisfatoriamente constituindo-se nos popularmente denominados *puxadinhos*.

Nessa direção para Garcia (2005) a inovação no campo das políticas educacionais está calcada na sua relação com os desafios do processo de mudança em um mundo globalizado no qual a dimensão econômica é tomada como marco referencial das políticas sociais. No nosso entendimento, nas iniciativas a distância, a presença concreta da assimilação da mudança da educação para o mundo globalizado é discurso recorrente. Para Farias e Garcia (2005 p. 63).

Como política educacional pública uma inovação se constitui fundamentalmente, a partir de uma ação induzida pelo Estado (representado pelos órgãos envolvidos com a educação – MEC, secretarias estaduais e municipais de educação, etc.). Sendo uma intervenção direta ou indireta) do poder Público, uma inovação traduz interesses resultantes de um processo de negociação, contestação e disputa entre diferentes grupos.

Nesse caso, os discursos reforçam a inovação como política educacional que atende a diferentes interesses políticos conforme os envolvidos na sua formulação e operacionalização. Desse modo podem adquirir conotações conservadoras e reacionárias a depender da direção que assume.

No cenário contemporâneo a abordagem da inovação na EaD sofre da mesma precariedade conceitual apontada pelos pesquisadores desde os anos de 1980. A falta de infraestrutura tecnológica e humana tem provocado fragilidades e descontinuidade das práticas pedagógicas. A falta de formação dos professores, o acesso as novas tecnologias, a pouca multiplicação das boas práticas, a falta de recursos financeiros são algumas das carências identificadas e que poderiam ser supridas com políticas educacionais para inovação na educação e na modalidade a distância.

Alterações nesse cenário exige rupturas e novas políticas educacionais conforme já exposto neste texto. Para Teixeira (2011) a ciência e a tecnologia projetam possibilidades de um futuro humano em que o conhecimento não se move de modo linear entre causa e efeito, mas de forma circular e de auto-organização. No caso da inovação, para a autora, a universidade precisa resistir e não pode sucumbir às exigências do mercado e aos seus interesses passageiros devendo assumir a inovação como alternativa para a superação dos impasses.

Acerca dos impasses os estudos demonstram que a expressão inovação carrega historicamente a depender do contexto, tendências que perpassam por abordagens do campo econômico, social, tecnológico, organizacional e educacional. Assim, ao nos depararmos com

as ações de inovação na atualidade, o desafio educacional será a atualização necessária para a transformação das práticas pedagógicas.

No caso da EaD, as conceituações tanto no campo teórico, quanto prático, apresentam inconsistências. Uma delas é a presença das TIC que altera significativamente os processos educacionais. Como consequência, sofremos das esquizofrenias e abordagens equivocadas centradas no poder da técnica sobre o humano. O desgaste das propostas pedagógicas diante das distorções de natureza humana e tecnológica acirra as posições dos contra ou a favor da modalidade a distância na educação.

As distorções têm como causa o descrédito das políticas educacionais, a descontinuidade das experiências, a falta de apoio e incentivo interno, a cultura educacional, as resistências individuais, a falta de infraestrutura física e humana, entre outros. O vácuo causado pelas distorções gera resistências e é ocupado em muitos casos pelo voluntarismo de educadores que se propõem a defender uma ideia e uma prática em prol de que a educação cumpra sua função na sociedade. Entretanto o risco de sucumbirmos ao projeto inovacionista se reflete na prática. Exemplo atual e recente disso, foi a ampla divulgação dos benefícios da EaD pelo governo brasileiro como alternativa ao isolamento social demandado pela disseminação do Coronavírus<sup>13</sup>o Brasil e no mundo, como se fosse uma solução mágica.

Nesse sentido, as instituições federais de ensino superior no Brasil ao se depararem com a possibilidade de transformar o ensino presencial em à distância logo sentiram de fato na prática os problemas advindos de tal decisão e o quanto a ausência de políticas educacionais para a EaD fez diferença. A exposição clara e transparente das dificuldades de formação e infraestrutura física e humana dos educadores e gestores para sustentar as práticas pedagógicas presenciais à distância demonstraram um sistema frágil que vem sendo deteriorado por cada governo. A prova disso, foi que poucas instituições sugeriram a EaD ficando o discurso institucional travestido de uso as TIC na educação sem nenhuma política institucional que pudesse materializar esta intenção.

Esses problemas são históricos. Sobre isso, Saviani (1980) destaca que no Brasil a partir da metade do século XIX forja-se a ideia da escola redentora da humanidade e dessa ideia surgem os sistemas nacionais de ensino e o movimento da escola nova, como

---

<sup>13</sup> O Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do Coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de COVID-19. Desde fevereiro de 2020 o Brasil e o mundo passam por uma pandemia provocada pelo COVID-19 que colocou em isolamento social a maioria da população mundial o que provocou a suspensão todas as aulas nas redes públicas e privadas de educação. No Brasil, o isolamento é em todos os níveis e modalidades de ensino. É nesse contexto que a EaD passou a ser indicada como alternativa ao ensino presencial.

necessidade de se reformar a escola para dar conta da tarefa. Não levou muito tempo para que esse movimento perdesse força pondo em cheque a máxima de que a reforma da educação daria a resposta positiva aos problemas educacionais. Nem mesmo as ideias de educação permanente, de valorização da educação informal, do milagre da modalidade a distância conseguiram reverter as consequências dos ideais neoliberais na educação. É sob os auspícios desse consenso – que a reforma educacional como instrumento de modernização na educação – se fez forte e subjacente ao discurso da inovação e impera até os tempos atuais.

Nesse ideário, as atenções se voltam para as potencialidades dos meios de comunicação de massa e o aproveitamento das conquistas tecnológicas no processo educativo. Apesar do reconhecimento do potencial das tecnologias de informação e comunicação na educação, esse legado tornou-se pesado demais e por vezes esgotam-se os argumentos a favor do projeto de educação como inovação dando espaço para as propostas desenvolvimentistas e imediatistas dos mercantilistas da educação.

Como decorrência disso, Garcia (1980) destaca que o esforço de inovação na educação tem sido uma tentativa desesperada de modernizar e implantar no Brasil o que dá resultado lá fora. Copiar modelos de outros países tem deslocado as preocupações dos educadores para os resultados das avaliações dos organismos internacionais impedindo a abertura de novas possibilidades de inovação na educação. Para Garcia essa realidade deve ser examinada e meditada.

Sabemos o quão difícil é contrapor o discurso sobre as maravilhas das tecnologias digitais na educação como instrumento da inovação o que pode ao nosso ver, ser superado com pesquisa e fundamentação teórica sobre educação. É preciso que os educadores se deem conta de que o objetivo dos projetos de inovação advindos das atuais políticas educacionais é orientar e padronizar conceitos, metodologias e favorecer a construção de estatísticas e indicadores de pesquisa de P&D de países industrializados.

Neste sentido, uma inovação passa a ser a implantação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de ensino, ou uma nova estratégia organizacional nas práticas pedagógicas, na reorganização do local de trabalho ou nas relações externas conforme a ótica Schumpeteriana. O impacto das teorias gerenciais próprias de empresas capitalistas, como essas, resultam no processo de mercadorização do espaço estatal ou público sob a égide do argumento da necessidade de uma nova gestão da educação.

Andy Argreaves (2004) reforça que historicamente as reformas educacionais não são acompanhadas do investimento humano e financeiro necessários para alavancar ações que

visem promover inovações. Aliás, são poucas as inovações que duraram por muito tempo e a retórica da mudança em sala de aula, pela inovação, contraria a realidade. Para além de todo o discurso da inovação e inventividade a educação passa a ser problema e não solução e nos círculos acadêmicos o pessimismo em relação ao poder da educação como agente de transformação social, é recorrente.

Na visão do autor as análises remetem a perspectiva de que um sistema educacional construído pelo Estado irá estimular a inovação em bases sólidas com um sistema de acompanhamento e avaliação coerente e estruturado. Todavia, enquanto os sistemas educativos permanecerem com certas estruturações calcadas em disciplinas, campanhas e sinetas, carteiras, etc. engessam as possibilidades de inovação. Outro alerta é em relação as falsas metodologias ativas que da mesma forma que as TIC descoladas de um projeto pedagógico pouco contribuem para transformar as realidades da educação. Conclui que precisamos de ideias mais específicas e inspiradoras sobre como transformar a aprendizagem e o ensino no âmbito da educação.

Conforme o exposto, a discussão sobre a inovação no campo da educação requer buscar um referencial teórico que possa constituir o contraditório. Nesse sentido, não é tanto a definição que importa, mas sim, o entendimento de que como qualquer atividade laborativa é cercada de tensões, contradições, dilemas e paradoxos. Por outro lado, vivenciar o processo de inovação na educação pode provocar o clima democrático necessário para enfrentar os conflitos gerados possibilitando resolve-los de forma criativa e positiva.

Para Cardoso (1997) a inovação é uma das exigências prioritárias do presente. A sua pertinência e necessidade são hoje, amplamente aceitas embora o termo inovação nem sempre é utilizado da melhor forma sendo frequentemente usado como sinônimo de mudança, de renovação, de reforma, sem, levar em conta tratar-se de realidades distintas e não idênticas.

Para esta autora, a pesquisa de práticas inovadoras na América Latina e Estados Unidos sugere algumas conclusões. Uma delas é a afirmação de que a legitimação política ou a racionalidade científica dos projetos inovadores não constituem garantia de êxito da sua implementação, assim como, os projetos têm se revelado tanto aliciante quanto problemática e complexa. Outra, é a ausência de uma perspectiva teórica ampliada e o pouco conhecimento das variáveis pessoais e organizacionais que interatuam no processo inovador. Pouco se investiga sobre a natureza da inovação e também sobre as variáveis e os mecanismos essenciais reguladores da inovação o que justifica muitos fracassos de experiências inovadoras. Por fim, é reconhecer que o que traz algo de novo exige um esforço deliberado e

conscientemente assumido e requer uma ação persistente que tenciona melhorar a prática educativa. E, conclui que o processo inovador deve ser avaliado permanentemente para constituir e desenvolver componentes integrados de pensamento e ação educativa.

Nessa perspectiva, com base em Cardoso (1997) inovar assume as seguintes características: a inovação não é uma mudança qualquer, tem caráter intencional, afastando do seu campo as mudanças produzidas pela evolução natural do sistema. Trata-se de uma mudança deliberada e conscientemente assumida, visando a uma melhoria da ação educativa. Portanto, não é uma simples renovação, pois implica uma ruptura com a situação vigente, mesmo que temporária e parcial. Além disso, inovar faz supor trazer à realidade educativa algo efetivamente novo, ao invés de renovar, o que implica fazer parecer algo sob um aspecto “novo”, não modificando o essencial.

Para esta autora, inovação não é sinônimo de reforma na medida em que esta poderá ser apenas assimilável ao conceito de inovação instituída, quer dizer, uma inovação que resulta do exercício de um poder instituído de que dispõe o gestor e o legislador que, em geral, são exteriores à instituição onde será aplicada.

Como se depreende, o conceito de inovação é mais rico e abrangente ultrapassando o conceito de reforma, mudança ou de renovação e seu propósito não é o inovacionismo.

Portanto, com base no exposto, à primeira vista acreditamos que inovar é possível e viável numa perspectiva crítica. Para além disso, o caráter dinâmico e expansionista da educação a faz permanentemente em movimento e nesse movimento parafraseando Pacheco (2019) *urge inovar, refundar a escola e assumir um compromisso ético com a educação*.

### **Considerações finais**

De forma geral os especialistas têm um ponto de vista comum de que a definição do que constitui uma inovação resulta da confluência de uma pluralidade de olhares e opiniões a depender de quem, como e porque inovamos. Envolve muitos olhares a partir de experiências pessoais que adquirem significados particulares na prática, além de ser conflituosa gerando foco de agitação intelectual permanente.

Assim como a história das políticas educacionais, a inovação em educação é um amálgama de grandes ideias e oportunidades perdidas. As inovações aparecem vinculadas a questões ideológicas, sociais, econômicas e dependem, para ser consideradas como tais da conjuntura em que emergem, de quem são seus promotores e da incidência e da extensão que adquirem.

Como tema de estudo na educação a distância, tanto a partir das diferentes conceituações quanto das diferentes formas adotadas na prática, suas diferentes acepções andam paralelas à ideologia dominante refletida nas formas de ensino e na atuação dos professores. Assim, o desafio das políticas educacionais e na modalidade a distância exige ir além da sofisticação do discurso que contrasta com a pobreza das práticas pedagógicas. Enfim, inovemos criticamente!

## Referências

CARDOSO, Ana Paula. **A educação face às exigências inovadoras do presente**. Revista Portuguesa de Pedagogia, Coimbra, Ano XXVII, n. 2, p. 221-232, 1993. <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4157/1/A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20face%20%C3%A0s%20exig%C3%Aancias%20inovadoras%20do%20presente%20%281993%29.pdf>. Acessado em 28 de março de 2020.

CARDOSO, Ana Paula. **Educação e Inovação**. Millenium. Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu. Ano 2. Nº 6. Trimestral. Coimbra, 1997. Acessado em 28 de março de 2020. [http://www.ipv.pt/millenium/pce6\\_apc.htm](http://www.ipv.pt/millenium/pce6_apc.htm). Acessado em 15 de abril de 2020.

CHESBROUGH, Henry. **The logic of open innovation: managing intellectual property**. California Management Review, Berkeley, v. 45 2003.

CORDER, Solange. **Políticas de inovação tecnológica no brasil: experiência recente e perspectivas**. Texto para discussão nº 1244. Brasília, dezembro de 2006. [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1244.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1244.pdf). Acesso em 23 de março de 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil, **Políticas de Educação: um convite ao tema** in Veiga, Cynthia Greive (Org.) Carlos Roberto Jamil Cury; intelectual e educador; Autentica: Belo Horizonte, 2010. Acesso em 19 de março de 2020. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000131&pid=S1517-9702201300020001000013&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000131&pid=S1517-9702201300020001000013&lng=pt).

FARIAS, Isabel Maria Sabino de e GARCIA, Walter Esteves. **Estado, Política Educacional e Inovação Pedagógica. O público e o privado – Nº 5 – Janeiro-Junho 2005**. Acessado em 17 de março de 2020. <file:///C:/Users/user/Downloads/249-908-1-PB.pdf>.

FERRETTI, Celso. A inovação na perspectiva pedagógica. *In*: FRANÇA, R. L. de (org.). **Inovação pedagógica na educação brasileira: desafios e modernização nas práxis educativas**. Jundiaí: Paço Editorial, 2011.

GARCIA, Walter. (coord.). **Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, (Coleção Educação Contemporânea). 1980.



HARGREAVES, Andy. *et al.* **Educação para mudança: recriando a escola para adolescentes.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

HÉRNANDEZ, Fernando. *et al.* **Aprendendo com as inovações nas escolas.** Porto Alegre, Artmed, 2000.

IMBERNÓN, Francisco. **Inovar o ensino e a aprendizagem na universidade.** São Paulo: Cortez, 2014.

LESSARD, Claude e CARPENTIER, Anylène. **Políticas Educativas: aplicação na prática.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2016.

MOTA, Pedro Lula, **Schumpeter: inovação, destruição criadora e desenvolvimento.** 2016 in <https://terraeconomico.com.br/schumpeter-inovacao-destruicao-criadora-e-desenvolvimento>. Acesso em 23 de março de 2020.

NEDER. Ricardo. **Universidades ou “incubadoras de start-ups”?** (2019) <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/universidades-ou-incubadoras-de-start-ups/>. Acesso em 24 de março de 2020.

OLIVEIRA, Marcos de. **O inovacionismo em questão.** Scientia Studia, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 527-561, 2011. Acessado em 15 de março de 2020. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-31662011000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662011000300011) DOI: <https://doi.org/10.1590/s1678-31662011000300011>.

PACHECO, José. **Inovar é assumir um compromisso ético com a educação.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2019.

PIMENTEL, Nara Maria. Políticas Públicas de Educação a Distância in MILL, Daniel (Org.) **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de Educação a Distância.** Campinas, SP. Papirus, 2018 p. 510-513. 2018.

SALERNO, Mario Sergio; KUBOTA, Luís Carlos. **Estado e inovação.** In: DE NEGRI, J.A.; KUBOTA, L.C. (Org.) **Políticas de incentivo à inovação tecnológica.** Brasília: Ipea, 2008.

SANTOS, Adriana dos FAZION. Cíntia, MEROE. Giuliano. **Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter.** PUC-SP. Faculdade de Economia e Administração (FEA), Departamento de Administração. São Paulo. v. 5, n. 1.2011. <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014>. Acessado em 23 de março de 2020.

SAVIANI, Demerval. **A filosofia da educação e o problema da inovação em educação.** In: GARCIA, Walter (org.) **Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1980. p. 15-29, 1980.

SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

TEIXEIRA, Claudia Maria Francisca. **Inovar é preciso: concepções de inovação em educação.** A inovação como campo de estudos. 2011. [http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14\\_02\\_2011\\_13.47.21.977d2f60a39aa3508f154136c6b7f6d9.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2011_13.47.21.977d2f60a39aa3508f154136c6b7f6d9.pdf). Acesso em 23 de março de 2020.